

# A cura dolorosa

26 ABR 1985

O quadro é delicado. Quase desesperador. Mas pode parar de piorar. Ainda tem salvação. Claro, a recuperação será necessariamente dolorosa e arrastada e deve ser medida não mais em semanas ou meses, mas em semestres. Provavelmente, ali pela altura de agosto do ano que vem, a situação estará sob controle.

No prognóstico oficial, essa longa espera de 15 meses corridos vai colocar à prova a resistência física da sociedade brasileira e, sobretudo, a tolerância política de um governo em marcha lenta, freio de mão engatado.

Eis, em resumo, o boletim do ministro Francisco Dornelles sobre o estado crítico das contas do Governo: o descalabro orçamentário herdado das administrações passadas é duas vezes maior que o estimado. Os abcessos contábeis, de remoção difícil, são da ordem de Cr\$ 53 trilhões e não mais de "apenas" Cr\$ 16,8 trilhões.

O ministro vai submeter o demonstrativo completo das receitas e das despesas do Governo, projeções para 1985, ao competente crivo do Congresso Nacional. Mais que isso: democraticamente, vai engajar o Legislativo na reparação cirúrgica dos tumores de caixa do executivo. Deputados e senadores terão de participar decisões impopulares: onde executar o corte na coluna da despesa pública e onde decretar o confisco na coluna da receita tributária.

Reduzir gastos, a golpes de bisturi administrativo, não faz o gênero da classe política. Elevar a carga fiscal, opção confortável, tropeça na rejeição biológica do organismo econômico. Os impostos podem subir por decreto, mas não necessariamente as receitas: a sociedade apela para o regime do "caixa dois" ou simplesmente atrofia o "fator gerador". Exemplo: a elevação de 10 para 40% da taxa sobre rendimentos do "open", proposta em exame, decretaria a queda do volume de poupança que trafega pelo dito mercado, o mais arisco da economia.

O ministro da Fazenda reafirma que não pretende "fechar" as contas do Governo com emissão (quintuplicada) de moeda primária nem com injeção (triplicada) de não-moeda que faz a função da moeda — os títulos da Dívida Pública Fe-

deral. A importação da poupança alheia tem limites. A poupança dos outros nunca esteve tão cara e tão arredia. O Brasil já ultrapassou, nos bancos do mundo, todos os limites de segurança, da "exposure" bancária.

A gravidade dos orçamentos hemorrágicos não recomenda a utilização de simples anestésicos monetários. Exige a aplicação de antibióticos administrativos e a execução de cirurgias fiscais. E pela natureza do caso, cirurgia sem anestesia.

Primeira delas: nada de 13º salário ou de algo mais que o INPC integral para o funcionalismo federal.

Os planos e as metas do governo Sarney, nas diretrizes fixadas por Tancredo Neves, terão de aguardar a identificação e a quantificação dos meios.

Os ministros devem permanecer na muda, aguardando o sinal verde do semáforo orçamentário, ainda no vermelho. Deputados e senadores entram no cipó das verbas a partir do dia 8, quando da prestação de contas, em plenário, do ministro Francisco Dornelles. O presidente da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, recebeu um primeiro informe sobre o estado de saúde do erário e limitou-se a comentar, entre a porta do elevador e a porta do automóvel:

"Estou perplexo. O caso é extremamente grave em termos técnicos, administrativos, econômicos e políticos. Caímos numa verdadeira armadilha..."

A cobertura do estouro federal, verdadeiro cogumelo atômico de Cr\$ 53 trilhões, coloca em risco o compromisso solene da Nova República: expansão da economia com redução da carestia.

Primeiro: o avanço das atividades econômicas em geral depende dos movimentos da locomotiva do setor público. A fornalha está desaquecida e o carvão, além de curto, está molhado pela garoa fria da austeridade.

Segundo: o declínio da inflação inercial depende da redução do "déficit". Essa redução, com medidas cirúrgicas, provoca contra-reações inflacionárias, ainda que temporárias.

Terceiro: na melhor das hipóteses, o saneamento financeiro do Governo desregrado, primeiro pas-

so já dado, acontecerá em 1986. Os benefícios econômicos (e políticos) ficarão para 1987.

Os impostos inflacionários do "fechamento" das contas do Governo estão na impossibilidade de se tapar o rombo com poupança real. A emissão de moeda, sem lastro em produto, desencadeia a chamada inflação monetária. A emissão de não-moeda, com função de moeda, vulgo emissão de títulos da Dívida Pública, pressiona os juros do mercado financeiro — e para onde os juros vão, os preços vão atrás. A elevação da carga tributária veste a camisa olímpica da inflação de custos fiscais embutidos nos preços finais.

Com o detalhe sinistro: o organismo econômico, extremamente debilitado pela bacteriemia inflacionária, deixou-se dominar pela síndrome estagflationista: uma unidade a mais de inflação desencadeia uma unidade a mais de recessão e vice-versa.

Exemplo: a captação de poupança via emissão de títulos públicos desaloja o setor privado do mercado de crédito, reduzindo o combustível da empresa sem capital próprio. Numa ponta, a inflação dos juros pressionados. Na outra, a recessão dos negócios atrofiados.

Por outro lado, é preciso lembrar que a opção pelo endividamento do Tesouro está furando os limites da galaxia capitalista. Em apenas dois governos, Geisel e Figueiredo, de março de 1974 a fevereiro de 1985, a massa de títulos federais, como participação dos haveres financeiros totais, subiu de 16,4% para 38,2%. No seu conjunto, os haveres não-monetários (títulos públicos mais títulos privados) saltaram de 56,6% para 90,2%.

No mesmo período, a gloriosa fatia dos haveres monetários no vasto bolo do mercado baixou de 43,4% para 9,8%.

Um espanto: temos hoje, no sistema capinaceiro do Brasil, nove não-moedas para cada moeda. Uma economia meramente fiduciária. Exemplo: para cada moeda em circulação, temos 2,6 moedas escriturais lançadas em caderneta de poupança.

Se todos os depositantes decidissem sacar a caderneta ao mesmo tempo, todo o dinheiro existente no Brasil cobriria menos da metade desse saque coletivo...